

A AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Dirlei Luciano Benatti¹
Ana Cecília Teixeira Gonçalves²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar uma reflexão teórica sobre o ensino de Língua Portuguesa (LP). Salienta-se que a motivação/incentivo para a realização deste estudo é a de que uma parcela significativa de estudantes do Ensino Fundamental ou Médio demonstram dificuldades em processos cognitivos relacionados a atividades de compressão/interpretação e, também, no momento da produção textual nas aulas de LP³.

Nesse contexto, é notório a necessidade de pensar estudos que tentam, de alguma forma, progredir no contexto de aprendizagem do estudante, uma vez que somos, nós professores, responsáveis pela formação de sujeitos críticos e protagonistas de sua história. Em consonância com essa perspectiva, tem-se como objetivo geral do trabalho verificar aspectos teórico-metodológicos que fundamentam a disciplina de LP no Brasil no século XXI.

Além disso, busca-se construir um quadro histórico a respeito da constituição da disciplina LP e da caracterização do professor da área, visto que essas especificidades influenciam na atividade docente. Igualmente, recuperar o discurso da Linguística com relação às propostas de reformulação do ensino de LP nos anos 1980 e, ainda, caracterizar o atual contexto da disciplina, apresentando-se objetos de ensino e bases teóricas e metodológicas.

Para dar conta dos objetivos propostos e como forma de mudar a situação mencionada anteriormente, utilizam-se, para este estudo, as perspectivas teóricas de Marcuschi (2010), Bunzen (2006) e Soares (2002), Bezerra (2010), Geraldi (1999) e Dolz e Schneuwly (2004) no que se refere a contextos históricos e teórico-metodológico, e em Mendonça (2006), no que diz respeito a um estudo funcional da língua.

Assim, com este trabalho, espera-se não só realizar uma reflexão sobre o ensino de LP ao longo dos anos, mas também entender como se fundamenta a prática e as atividades de linguagem. Desse modo, explica-se como era a “tradicional”⁴ aula de linguagem e como se deu sua evolução na contemporaneidade.

1 METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada, pode-se caracterizá-la como de natureza bibliográfica. Este enfoque implica na investigação da temática a partir da revisão da

1 Acadêmico do Curso de Letras: Português e Espanhol - 6 fase. Universidade Federal da Fronteira Sul. dirleibenatti@gmail.com

2 Doutora pela Universidade Federal de Santa Maria. Orientador(a). Prof.^(a) do Curso de Letras da Universidade Federal da Fronteira Sul acgteixeira@uffs.edu.br

3 Ver dados veiculados pela mídia a partir das avaliações nacionais do Ministério da Educação: 7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC, G1 ([7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC | Educação | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2017/07/07/de-cada-10-alunos-do-ensino-medio-tem-nivel-insuficiente-em-portugues-e-matematica-diz-mec-g1.html)).

4 Como explica Pietri (2010, p. 74 – 75), o ensino tradicional é um ensino fundamentado na gramática normativa da língua portuguesa, o qual não considera outras variedades linguísticas, nem foca nas questões discursivas da linguagem.

literatura existente. Dado o caráter exploratório deste trabalho, a intenção é realizar uma reflexão teórica que auxilie no desenvolvimento das habilidades linguísticas dos estudantes de LP, assim como na promoção do senso crítico e da cidadania. Nesse sentido, opta-se pela perspectiva sociointeracionista como referencial teórico-metodológico, a qual concebe a linguagem como uma forma de interação social (Gerald, 1984). Sob esse viés, busca-se diferenciar um ensino tradicional de língua daquele proposto pela teoria sociointeracionista.

2 A HISTÓRIA DA DISCIPLINA LP E SUA INFLUÊNCIA EM ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Como forma de expor a temática, nos parágrafos abaixo, descreve-se o motivo histórico de se trabalhar, atualmente, com a produção textual, leitura, distintos gêneros textuais e a partir de uma perspectiva de análise linguística, focando, desse modo, no percurso didático e sua relação teórico-metodológica.

Nesse sentido, ao observar a aula de LP, entre o início do século XX até o final dos anos 1980, nota-se uma atenção maior para o ensino gramatical, visto que

As aulas direcionadas para o ensino de língua portuguesa dedicavam, em maior ou menor grau, parte expressiva do seu tempo a questões voltadas para escrita correta, compreendida como a escrita que primava pela observância das regras da gramática normativa e da ortografia (Marcuschi, 2010, p.66).

Essa realidade acontecia, “pois o público que tinha acesso à escola falava o português tido como padrão, modelo a ser seguido, tinha práticas de leitura e escrita em suas famílias, indo à escola para estudar a língua” (Bezerra, 2010, p.44). Essa situação começou a mudar a partir de 1950, quando a classe desprestigiada exige acesso ao ambiente escolar, conforme explica Soares (2002).

Avançando na história, ao final de 1960 e início de 1970, havia outros alunos e professores frequentando o ensino básico, devido ao processo de democratização. Além disso, ocorre alteração na LDB nº 5692/71, a qual estabeleceu a disciplina “Comunicação e Expressão”, responsável pela língua materna em escolas, que acabou privilegiando mais os códigos comunicacionais do que o ensino de gramática, como aponta Bunzen (2006). Em resumo, “a concepção subjacente às atividades é a de língua como um código que se utilizada de modo claro e lógico pelo emissor, irá comunicar sem ruídos a mensagem desejada” (Marcuschi, 2010, p.73).

Ao encontro dessa perspectiva, Bunzen (2006) menciona que, no ano de 1977, os alunos deveriam produzir redações, obrigatoriamente, devido ao Decreto Federal nº 79.298, assim,

Por causa desta determinação superior, as escolas começaram a dar mais ênfase ao ensino de redação – que sempre estava mesmo em terceiro plano – e introduziram uma “nova disciplina” na grade curricular do EM (com denominações variadas, entre elas, técnicas de redação) com objetivo de ensinar os alunos a fazer redações (Bunzen, 2006, p.146).

À vista disso, nota-se que não eram dadas informações contextuais para que o estudante escrevesse, por exemplo, não se dizia em qual lugar/contexto o texto iria circular, quem eram seus leitores e qual seria seu objetivo. Dessa forma, o que se pretende conseguir com essa metodologia de ensino de língua materna é “a formação de um aluno capaz de se expressar com eficiência via mensagens padronizadas,

dirigidas para qualquer pessoa e, ao mesmo tempo, para ninguém.” (Marcuschi, 2010, p.73).

Mais adiante, entre final de 1980 e início de 1990, Bunzen (2006) esclarece que a atividade com a linguagem começa a tomar caminhos melhores, uma vez que a concepção muda, deixa-se de fazer exercícios de redações e passa-se a produzir textos: “os alunos não deveriam produzir “redações”, meros produtos escolares, mas textos diversos que se aproximem dos usos extraescolares, com função específica e situada dentro de uma prática social escolar” (Bunzen, 2006, p.149).

Dessa maneira, na segunda metade dos anos 1990, atualiza-se concepção de escrita e produção textual no ambiente escolar, além disso novos estudos começam a ser difundidos no que tange ao ensino de LP e sua relação com as práticas sociais. Em outras palavras, “o que é visado é o domínio, o mais perfeito possível, do gênero correspondente à prática de linguagem para que, assim instrumentado, o aluno possa responder às exigências comunicativas com as quais ele é confrontado” (Dolz; Schneuwly, 2004, p. 79).

Agora, o uso da linguagem começa a ser explorado de modo contextualizado e com auxílio dos gêneros textuais a fim de que os alunos avancem em todas as capacidades discursivas. Sob essa óptica, Dolz e Schneuwly (2004, p. 80) explicam que

toda introdução de um gênero na escola é o resultado de uma decisão didática que visa a objetivos precisos de aprendizagem, que são sempre de dois tipos: trata-se de aprender a dominar o gênero, primeiramente, para melhor conhecê-lo ou apreciá-lo, para melhor saber compreendê-lo, para melhor produzi-lo na escola ou fora dela; e, em segundo lugar, de desenvolver capacidades que ultrapassam o gênero.

É notório o quanto houve uma mudança significativa no ensino de língua materna conforme a progressão dos anos, ou seja, no início o foco era, em grande parte da aula, memorizar regras gramaticais com ajuda de antologias e, agora, tem-se uma preocupação com a formação de um cidadão atuante em todos os lugares da sociedade. Nesse sentido, o ideal é que os alunos façam produções diversas, já que “a situação de comunicação é vista como geradora quase automática do gênero, que não é descrito, nem ensinado, mas aprendido pela prática de linguagem escolar, por meio dos parâmetros próprios à situação e das interações com os outros” (Dolz; Schneuwly, 2004, p. 78).

Em determinados momentos, questionou-se qual seria a unidade de ensino e aprendizagem para produzir as atividades da língua materna, visto que se passou do estudo de regras gramaticais para o trabalho com os gêneros textuais, isto é, o texto. Contudo, a maneira como é realizado esse processo precisa ser discutido, porque

Alguns professores, ao afirmarem trabalhar com a gramática “contextualizada”, em que tudo seria abordado a partir da leitura do texto, mascaram, na verdade, uma prática de análise morfosintática de palavras, expressões ou períodos retirados de um texto de leitura, transformando em pretexto para análise gramatical tradicional (Mendonça, 2006, p.209).

Logo, por mais que as pesquisas tenham avançado, tem-se um ensino de 1950 presente, com o propósito de identificar dentro do texto - agora não mais em escritos consagrados, mas em distintos textos – as classes de palavras. Em contrapartida,

para que essa circunstância se altere, Geraldi (1999) expõe uma concepção de Análise Linguística (AL), a qual tem como objetivo fomentar a função e o sentido de utilizar determinadas palavras no momento de produzir um texto, facilitando, assim, a comunicação entre autor e leitor. Na mesma perspectiva, Mendonça (2006, p.208) afirma:

Por isso, pode-se dizer que AL é a parte das práticas de letramento escolar, consistindo numa reflexão explícita e sistemática sobre a constituição e o funcionamento da linguagem nas dimensões sistêmica (ou gramatical), textual, discursiva e também normativa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura/escuta, de produção de textos orais e escritos e de análise e sistematização dos fenômenos linguísticos. Nota-se que, no lugar da classificação e da identificação, ganha espaço a reflexão.

Portanto, nota-se que muitas teorias embasaram o trabalho com o ensino de LP e a prática do professor como agente de mudança, dessa forma, é nossa responsabilidade escolher qual perspectiva utilizar em sala de aula, um viés gramatical ou que leve o aluno a questionar o mundo ao seu redor. Neste trabalho, destaca-se a última.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se, com esse estudo, ter feito uma reflexão histórica e metodológica sobre a aula de LP, entre os anos de 1950 a 1990, para compreender as suas modificações no que tange um ensino fundado em uma perspectiva gramatical e anacrônica. Além disso, entender quem foi o professor que estava presente na escola quando os discursos sobre as concepções de linguagem alteravam, do mesmo modo, no momento de democratização do acesso à escola, isto é, quando a classe popular começa ocupar o ambiente escolar.

Nesse sentido, sugere-se que os novos profissionais conheçam as modificações que aconteceram no desenvolvimento da disciplina, conseqüentemente, alterando sua prática tradicional de ensino para “uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema linguístico e sobre os usos da língua, com vistas ao tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos” (Mendonça, 2006, p. 205).

CONCLUSÃO

O objetivo deste relato foi apresentar uma reflexão teórica sobre o ensino de LP. Entende-se que pensar no panorama histórico sobre a formação da disciplina pode auxiliar na compreensão de questões contemporâneas que caracterizam a aula de língua materna, ou melhor, a busca por objetos de ensino, por bases teóricas e metodológicas contribui para o entendimento do que seja a aula de LP atualmente.

Portanto, pretendeu-se apresentar uma discussão teórica acerca dos motivos que fundamentam a realidade vivida em sala de aula, descrevendo a configuração das aulas de linguagem ao longo dos tempos e destacando as alterações que ocorreram. Como forma de pesquisas futuras, seria interessante entender como foi o

impacto dessas mudanças, com mais clareza, no aprendizado de língua materna dos alunos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. A. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. RJ: Lucerna, 2010.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. In: BUNZEN, C. e MENDONÇA, M. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006, p.13

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, p. 81-108, 2004.

GERALDI, João Wanderley. et al. (orgs.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo Ática, 1999.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um novo objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs). **Português no ensino médio e formação de professor**. São Paulo: Editora Parábola, 2006, p. 199 – 226.

MARCUSCHI. B. Escrevendo na escola para a vida. In: RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Língua Portuguesa: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In.: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, p. 155-177, 2002.